



MINERAÇÃO



PESTANA

O SEU CAMINHO PARA A APROVAÇÃO

MINERAÇÃO

A mineração do século XVIII na colônia do Brasil foi submetida a rigorosa disciplina e controle por parte da metrópole.

A mineração possibilitou pela primeira vez na colônia uma **articulação entre as capitanias** que também foi responsável pela **urbanização** e o **desenvolvimento do mercado interno** por causa da camada média urbana e um **aumento populacional**.

Era uma nova sociedade colonial, mas não aboliu a principal força motriz da economia colonial: a escravidão.

A região platina abastecia com *gado muar*, essencial como meio de transporte e a região norte da colônia com as *drogas do sertão*, que no governo de Pombal também foi um produto voltado para a exportação. E claro, a pecuária, para abastecer com os gêneros alimentícios o interior da colônia, já que **o eixo comercial da colônia mudou do nordeste para o sudeste**.



Desde o século XVII, a mineração já se encontrava regulamentada. *Os Códigos Mineiros de 1603 e 1618*, embora admitisse a **livre exploração das minas**, impunham uma **fiscalização rigorosa do quinto** (quinta parte (20%) do ouro extraído).

Com as descobertas no final do século XVII, a metrópole elaborou um novo código, que substituiu os anteriores e perdurou até o final do período colonial: *O Regimento dos Superintendentes, Guardas-mores e Oficiais Deputados para as Minas de Ouro*, data de 1720.

Os *governadores-gerais* foram chamados de **vice-reis em 1720**.

Foi criado em 1702, a **Intendência das Minas** para cada capitania em que o ouro havia sido descoberto.

A Intendência reportava-se ao Conselho Ultramarino.

Os Intendentes tinha a responsabilidade de distribuir terras para a exploração de ouro e a cobrança dos impostos.

Foram criadas as **Casas de Fundição**, responsável em transformar todo o ouro extraído em barra.

O objetivo era evitar o contrabando (santo do pau oco) e garantir a cobrança do imposto (o quinto).



PESTANA

O **quinto** foi cobrado de três formas:

- ✓ *a Capitação,*
- ✓ *Fintas*
- ✓ *As Casas de Fundição.*

A **Capitação** era um imposto que incidia sobre o número de escravos de cada minerador.

Fintas consistia no pagamento de população mineradora, de 30 arrobas anuais fixas.

Nas **Casas de Fundição** os mineradores eram obrigados a levar o ouro em pó para ser fundido e transformado em barra.

Havia basicamente, dois tipos de empresas mineradoras:

- ✓ a **Lavra** (grande extração)
- ✓ a **Faiscação** (pequena extração).

Em 1729, foram descobertos os primeiros diamantes no Arraial do Tijuco (atual Diamantina).

O regime foi semelhante ao do ouro, foi criada a Intendência dos Diamantes em 1734.

Em 1750, começou a ter um esgotamento das jazidas de ouro nas regiões de Minas.

Em 1751, foi estabelecido uma cobrança de cotas anuais fixadas em 100 arrobas anuais (1.500 kg)

Em 1765, foi decretado a derrama (cobrança forçada para completar os 100 arrobas).

REFORMAS POMBALINAS (1750 – 1777)

No reinado de D. José I, o ministro Sebastião José de Carvalho, o **marquês de Pombal**, foi o representante do despotismo esclarecido em Portugal.

O período coincidiu com a época da decadência da mineração, devido as **técnicas rudimentares** adotadas pelos portugueses.

A **extração de aluvião**, não requeria muita sofisticação, porém os depósitos aluvionais se esgotavam.



Principais medidas pombalinas:



Em **1759**, tratou de **expulsar os jesuítas** de Portugal e de todos os seus domínios. No mesmo ano, extinguiu as capitanias hereditárias por **capitanias reais**. Promoveu uma **reforma educacional**.

E para atuar no nordeste e na região amazônica, Pombal criou a **Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão** (1755) e a **Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e da Paraíba** (1759).

Com essas medidas, Pombal tinha o objetivo de canalizar o máximo possível a riqueza do Brasil para Portugal.

Em **1763**, **mudou a capital de Salvador para o Rio de Janeiro**.

O objetivo era manter a administração colonial bem próxima da economia mineira.

O Brasil passou a ser chamado de **Vice Reino do Brasil**.

Paralelamente a isso, aumentava também o grau de opressão colonial, tendência, que continuou no reinado de D. Maria I, que sucedeu D. José I.

Em 1785, a rainha D. Maria, através de um Alvará, proibiu a atividade manufatureira no Brasil.



TRATADO DE METHUEN (1703)

Ficou conhecido como **Tratado de Methuen**, ou tratado de Panos e Vinhos, um acordo entre Portugal e Inglaterra vigente entre 1703 e 1836 e que envolvia a troca entre os produtos têxteis ingleses e o vinho português.

O tratado é muitas vezes mencionado como um dos fatores de supressão da indústria portuguesa e consequente atrelamento da economia do país à britânica, levando em última instância a economia portuguesa a uma estagnação.



Acredita-se que os resultados do tratado foram desfavoráveis a Portugal porque os *panos ingleses* eram fabricados com técnica apurada, muito superiores aos produzidos pela indústria portuguesa.

Além disso, o acréscimo na exportação de vinho, decorrente do acordo não bastou para equilibrar a balança comercial entre ambos os países, acarretando enormes prejuízos aos lusitanos, pois, além do consumo pelos ingleses de seus ***vinhos jamais ter alcançado a mesma cota do consumo de tecidos ingleses***, as suas terras cultiváveis foram, em grande parte, transformadas em vinícolas, causando uma escassez de alimentos a ponto de se recorrer à importação.

Portugal não tinha quase nenhuma indústria, quase todos os produtos manufaturados consumidos em Portugal eram comprados na Inglaterra por preços altos. Restava como seu produto principal o vinho, que Portugal vendia aos ingleses, mas que não era suficiente para pagar tudo o que importava.

Portugal devia muito dinheiro aos ingleses e, além disso, o comércio com os ingleses era muito importante para a economia portuguesa. Por causa disso, Portugal ficou cada vez mais dependente da Inglaterra, e **para pagar suas dívidas, restava apenas recorrer ao ouro que obtinha do Brasil.**

A parte do ouro que ficava no Brasil era pequena, e aquela destinada a Portugal também não permanecia lá.

Portanto, quem mais se beneficiou com o ouro brasileiro foi a Inglaterra.

Assim, Portugal, que poderia ter se tornado uma potência econômica com o ouro explorado do Brasil, acabou por se tornar muito dependente da economia inglesa, entrando em um declínio econômico e político do qual não mais sairia.

TRATADO DE METHUEN



01) *“A exploração de ouro no Brasil fez com que a metrópole ampliasse a fiscalização e aumentasse a tributação.”*

(SCHNEEBERGER; CANTELE; BARBEIRO, 2005, p.231)

Dentro dessa concepção, Portugal criou as Ordenações Filipinas, leis impostas ao Brasil, estabelecendo que

[A] a exploração de ouro seria permitida apenas aos nascidos no Brasil.

[B] a exploração de ouro seria permitida apenas aos portugueses e filhos de portugueses.

[C] haveria a livre exploração, sem qualquer restrição.

[D] haveria a livre exploração, desde que fosse recolhido aos cofres públicos o quinto do ouro extraído.

[E] haveria a livre exploração, desde que fossem recolhidos aos cofres públicos 50% do ouro extraído.



02) Entre as consequências da atividade mineradora na colônia do Brasil, nos séculos XVII e XVIII, é incorreto afirmar que favoreceram:

- A) o enfraquecimento do mercado interno.
- B) a integração econômica da colônia.
- C) o povoamento da região das minas.
- D) a conquista do Brasil central.
- E) o desenvolvimento urbano.

